

A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO E O SISTEMA DE *VOUCHERS* NO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO

*Beatriz Castelo Branco da Silva**, *Antônia Emanuela Oliveira de Lima***,

*Andressa Lino de Souza Mota****

RESUMO

Este artigo analisa criticamente os impactos do neoliberalismo na educação pública brasileira, com ênfase na adoção dos vouchers educacionais. A investigação, de abordagem qualitativa, fundamenta-se em revisão bibliográfica de estudos acadêmicos e legislações pertinentes. Os resultados evidenciam que a transferência de recursos públicos ao setor privado por meio dos vouchers acentua desigualdades, fragiliza o ensino público e reforça a lógica mercantil da educação. Conclui-se que é necessário fortalecer políticas públicas que assegurem o papel do Estado na promoção de uma educação equitativa, democrática e socialmente referenciada.

Palavras-chave: *vouchers*; neoliberalismo; políticas públicas educacionais.

* Pedagoga formada pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Rede Municipal de Educação de Fortaleza. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1593-8937>. Correio eletrônico: biah.biahcastelo@gmail.com.

** Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada ao Departamento de Estudos Interdisciplinares (Deinter/UFC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8244-2616>. Correio eletrônico: emanuela.lima@ufc.br.

*** Licenciada e bacharela em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Servidora da Rede Estadual de Educação do Ceará. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1422-3327>. Correio eletrônico: dessalino10@gmail.com.

THE INFLUENCE OF NEOLIBERALISM ON EDUCATION AND THE VOUCHERS SYSTEM IN BRAZILIAN PUBLIC EDUCATION

ABSTRACT

This article critically examines the impacts of neoliberalism on Brazilian public education, with emphasis on the adoption of educational vouchers. The investigation, guided by a qualitative approach, is based on a bibliographic review of academic studies and relevant legislation. The findings indicate that transferring public funds to the private sector through vouchers intensifies inequalities, weakens the public education system, and reinforces the commodification of education. It is concluded that public policies must be strengthened to ensure the role of the State in promoting equitable, democratic, and socially grounded education.

Keywords: vouchers; neoliberalism; educational public policies.

2

LA INFLUENCIA DEL NEOLIBERALISMO EN LA EDUCACIÓN Y EL SISTEMA DE VALES EN LA ENSEÑANZA PÚBLICA BRASILEÑA

RESUMEN

Este artículo analiza críticamente los impactos del neoliberalismo en la educación pública brasileña, con énfasis en la adopción de los vales educativos. La investigación, de enfoque cualitativo, se fundamenta en una revisión bibliográfica de estudios académicos y de la legislación pertinente. Los resultados evidencian que la transferencia de recursos públicos al sector privado mediante vales intensifica las desigualdades, debilita el sistema público de enseñanza y refuerza la lógica mercantil en el ámbito educativo. Se concluye que es necesario fortalecer las políticas públicas que garanticen el papel del Estado en la promoción de una educación equitativa, democrática y socialmente referenciada.

Palabras clave: vales educativos; neoliberalismo; políticas públicas educativas.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de um amplo debate iniciado na disciplina de Estado e Classes Sociais no Brasil, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, que culminou no desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico. O objetivo central desta investigação, consiste em analisar criticamente a influência do neoliberalismo na educação pública brasileira, com ênfase na implementação do sistema de *vouchers*. Entender como o neoliberalismo afeta a educação torna-se relevante no cenário educacional brasileiro contemporâneo, pois tais políticas têm transformado a educação pública, que tradicionalmente se constitui por um direito fundamental, garantido pela Constituição Federal de 1988 e endossado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n.º 9.394/1996.

O processo de adoção das políticas neoliberais inclui privatizações, financeirização e o aumento da presença de atores privados. Tudo isso exerce influência direta na qualidade e equidade do ensino, principalmente para as populações mais vulneráveis. Compreender como essas políticas impactam a educação básica no Brasil é imprescindível, pois permite uma visão mais profunda das desigualdades estruturais geradas e a resistência necessária para assegurar uma educação pública de qualidade. Além disso, a pesquisa se propõe suscitar o debate sobre o papel do Estado e a importância de políticas públicas que priorizem o direito à educação como base para o desenvolvimento social.

A confluência entre a lógica neoliberal e o cenário da educação brasileira, é imbricada de políticas diferenciadas, diversificação de instituições e privatização da esfera pública, o que atinge o campo das políticas públicas voltadas para a educação. As propostas neoliberais idealizam a redução da atuação do Estado como ente que tem por obrigação, consoante a Constituição Federal (art. 205), garantir os direitos fundamentais dos cidadãos nos âmbitos da educação, saúde, habitação e previdência social (Brasil, 1988). Diante disso, fica explícito que a intervenção mínima do Estado, também é concretizada na relação do capital e do trabalho, ajudando a manter o desemprego estrutural e a exclusão social (Barbosa *et al.*, 2022).

À vista disso, torna-se necessário realizar, primeiramente, considerações sobre o liberalismo e seu conceito histórico, para que se possa alcançar a compreensão do tema de forma holística. Nesse contexto, é válido destacar que o prefixo “neo” quer dizer “novo”, ou seja, um novo liberalismo. Em consonância com Moraes (2001), o liberalismo clássico tem suas bases

na obra “A Riqueza das Nações” de autoria de Adam Smith, publicado em 1776, no qual respaldava a livre iniciativa, admitia a liberdade econômica e a não interferência do Estado nas atividades econômicas dos indivíduos.

Hobsbawn (1982) pontua que para Adam Smith, o progresso consistia na ascensão da burguesia e no avanço do capitalismo, o que deixava as desigualdades sociais mais explícitas. Nessa esteira, o liberalismo ocupava espaço de destaque até a grande depressão, também conhecida como crise de 1929, que evidenciou a necessidade de um modelo econômico em que houvesse maior intervenção do Estado na economia, para dar vazão ao Keynesianismo. Esse sistema defendia a ideia de que seria necessário aumentar a arrecadação de impostos para investir em gastos públicos direcionados para benefícios sociais, ou seja, promover o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) que teve sua disseminação até a década de 1970, quando alguns fatores propiciaram o surgimento do neoliberalismo dentro do conjunto de países capitalistas como uma resposta à crise (Esping-Andersen, 1991).

Desde o seu surgimento, o neoliberalismo traz arraigado os princípios do liberalismo, adotando a mínima intervenção estatal, defendendo as privatizações, dando ênfase ao mercado e ao capital financeiro, dentre outros aspectos. Para Harvey (2008, p. 6), a função do Estado no neoliberalismo “[...] é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro”. Esse mesmo autor, também aponta que desde a década de 1970 houve uma euforia mundial com a adesão as ideias neoliberais, tornando cada vez mais comum a retirada do Estado das ações de bem-estar social. Este modelo acentua as desigualdades sociais, precarizando direitos básicos dos cidadãos, como a educação, principalmente nos países mais pobres e subdesenvolvidos, como o Brasil.

Sendo o Brasil um país federado, a oferta da educação figura como uma responsabilidade estatal, dividindo-se de forma assimétrica entre as três esferas governamentais: federal, estadual e municipal. Dessa forma, a oferta da educação básica é delegada aos municípios, que devem manter a educação infantil e o ensino fundamental, e ao estado, que mantém o ensino médio (Adrião *et al.*, 2016).

No teor desta perspectiva, esta investigação, subsidiada por uma pesquisa bibliográfica, propõe analisar criticamente a influência do neoliberalismo na educação básica brasileira. Objetiva compreender os impactos da implementação dos *vouchers* que teoricamente passariam a financiar a educação de crianças provenientes de famílias em vulnerabilidade social. Para tanto, será traçado um panorama político e social de como o neoliberalismo perpassa pela esfera

da educação pública, movimento considerado mais forte nos governos de Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022), apresentando consigo a adoção de medidas que colocaram os alunos e suas famílias como produtos de consumo, premissa expandida da esfera federal para estados e municípios. Posteriormente, será abordado o sistema de *vouchers* e suas implicações dentro da educação brasileira e fornecer assim, contribuições para o debate a respeito dos impactos deste projeto para a educação pública.

2 O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Os primeiros esforços para a implementação do neoliberalismo no Brasil ocorreram inicialmente no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), no qual já se evidenciava uma situação negativa, verificada por meio das condições precárias nos serviços públicos como educação e saúde, bem como na desigualdade social demonstrada, que apresentou como consequência graves mazelas sociais. As políticas educacionais nesse contexto, foram marcadas fortemente pelo clientelismo, privatização e ações descontinuadas. Portanto, no âmbito educacional, o início da década de 1990, o que refletia os desafios da educação básica na época, era o alto índice de analfabetos, altas taxas de evasão e repetência no Ensino Fundamental (Saviani, 1999).

Collor foi derrubado por pressão popular, porém o neoliberalismo já estava disseminado nos países da América Latina. Apesar de o impeachment de Collor dificultar um pouco o avanço neoliberal no Brasil, no governo seguinte liderado por Itamar Franco (1992-1994), a inflação tornou novamente o país um palco aberto para as investidas neoliberais (Oliveira, 1996). No que diz respeito a educação, o Plano Decenal de Educação para Todos¹ foi concebido para dar sequência aos compromissos internacionais que o Brasil deveria assumir. No entanto, nunca foi colocado em prática, para Saviani (1999, p. 129), o “[...] mencionado plano foi formulado mais em conformidade com o objetivo pragmático de atender a condições internacionais de obtenção de financiamento para a educação, em especial aquele de algum modo ligado ao Banco Mundial”.

O governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso, controlou a inflação instável com o Plano Real, porém foi apoiado por partidos de direita, que historicamente tem motivações conservadoras e reacionárias, adotando o Estado Mínimo, conceito central para o neoliberalismo. Com isso, houveram muitas privatizações, bem como o atendimento ao capital

¹ Apresentava diretrizes governamentais para a Educação.

financeiro, propiciando assim, um aumento expressivo nas taxas de desemprego e na desigualdade social (Almeida, 2009). No âmbito educacional, a política objetivava arrecadação e repasse de recursos mínimos para as escolas (França, 2005).

Nos anos 2000, mais especificamente de 2002 a 2016 até o impeachment da presidenta, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff tiveram um caráter neodesenvolvimentista, oferecendo uma nova roupagem ao neoliberalismo vigente por meio de investimentos em políticas públicas sociais, com o “[...] intuito de aliar o desenvolvimento econômico ao social sem mexer na estrutura política econômica. Porém, investindo mais na área social e na acomodação dos reformismos, talvez tenha desacreditado da revolução” (Silva, 2017, p. 2). Nessa perspectiva, a política educacional era conectada as questões econômicas e, por isso, a alfabetização e outros problemas educacionais brasileiros ficaram em segundo plano; dificultando a melhoria no quadro educacional brasileiro (Flores, 2024).

Em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, Michel Temer assumiu a presidência e novamente o neoliberalismo entra em cena por meio da aprovação de várias emendas, privatizações e terceirização de serviços. Do governo Temer (2016-2018) ao Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), ações neoliberais foram sendo postas em voga e trouxeram consigo uma grande preocupação em consequência ao desmonte de políticas públicas e sociais, principalmente no âmbito educacional (Miranda, 2020). Ressaltando que tais ações (dentre elas a PEC 241), iniciadas dentro do contexto federal, foram sendo adotadas por estados e municípios enquanto administrados por gestores com os mesmos preceitos do então presidente na ocasião.

Para Miranda (2020), é notório que o neoliberalismo na sua versão mais severa e conservadora pairou sob a educação brasileira em 2016, sendo necessário enfatizar o impacto da Proposta de Emenda Constitucional n.º 241/2016 (PEC 241), atualmente Emenda Constitucional 955 (EC 95), conhecida também como “PEC da Morte”, que congelou por 20 anos os gastos públicos e contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais (Ferreira *et al.*, 2020). Tal situação foi se intensificando a partir de 2019, com um governo alocado nas bases da extrema-direita. Vários ministros da educação foram empossados e exonerados mediante a grandes polêmicas, o que deixou muito evidente a falta de compromisso de Jair Bolsonaro com a educação. Além disso, como apresenta Freitas *et al.* (2020), algumas pastas foram extintas, destaca-se aqui: Secretaria de Articulação com os Sistemas Ensino (SASE) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Durante o governo Bolsonaro, houve uma ênfase significativa no movimento da “Escola

Sem Partido”, que buscava combater o que seus defensores consideravam doutrinação ideológica nas escolas, propondo a neutralidade política e ideológica no ensino (Martins *et al.*, 2020). Paralelamente, foi discutido o *homeschooling*, uma proposta de regulamentação da educação domiciliar como alternativa ao sistema escolar formal, permitindo que os pais assumissem a educação de seus filhos em casa (Vaz; Vaz, 2020). Apesar de essas propostas não terem avançado no Congresso Nacional, elas contribuíram, segundo Dardot e Laval (2016), para o enfraquecimento do debate sobre a valorização da escola pública, incentivando ataques tanto à instituição escolar quanto aos professores. No contexto da perspectiva neoliberal, a educação passa a ser vista como um instrumento voltado para atender exclusivamente aos interesses do poder, sendo moldada de acordo com suas demandas e prioridades.

Nessa configuração torna-se explícita a visão mercantilista e privatista que incidiu na educação escolar em todos os níveis de ensino, desde a educação básica até as universidades, pois sofreram grandes cortes em seus orçamentos. Nesse palco, o Estado, responsável por oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, se desfaz aos poucos da sua responsabilidade, deslocando a demanda educacional com ações que impactam negativamente a vida das pessoas, principalmente os grupos em maior vulnerabilidade social.

É consenso que o neoliberalismo enfatiza o individualismo, dando privilégios aos serviços privados. Nessa esteira, a educação é alvo constante das políticas neoliberais, em que o direito do cidadão passa ser o consumidor e a educação adota um caráter meritocrático, mercantilizado e competitivo. Como pontua Saad Filho (2015), tanto as famílias como os alunos passam a ser tratados como consumidores, o que incide diretamente em um ambiente de competitividade e até mesmo de rivalidade entre as escolas brasileiras para oferecer uma educação de melhor qualidade. Tudo isso fortalece a ideia de que a escola é uma empresa e as dificuldades educacionais devem ser tratadas como questões de mercado:

nestas condições, a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como “empresa”, aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares e pela ação do movimento “escola sem partido”, este último, um braço político da “nova” direita na escola (Freitas, 2018, p. 29).

Percebe-se, no entanto, de maneira clara que as ações neoliberais na educação, principalmente dentro do setor público, responsável por alcançar a população mais vulnerável, economicamente, aparecem como estratégias que alienam e seguem aprofundando as

desigualdades sociais neste aspecto. Dentro de tais estratégias, uma das que figurou nos debates políticos e sociais, o Projeto de Lei n.º 844/22 que determina ao Poder Executivo um incentivo financeiro para que os estudantes da educação básica, sejam matriculados em escolas privadas, na ausência de vagas nas escolas públicas próximas ao seu domicílio, claramente essa situação se configura como uma ação neoliberal que será abordada com mais ênfase a seguir.

3 O SISTEMA DE VOUCHERS NA EDUCAÇÃO: OFERTA PRIVADA COM FINANCIAMENTO PÚBLICO

Dentre as ações neoliberais voltadas para a educação, destaca-se a concessão de *vouchers* educacionais para estudantes da educação básica, que, por algum motivo, não conseguiram vaga em escolas públicas próximas as suas residências, apresentada pelo Projeto de Lei n.º 844/22 (Brasil, 2022) de autoria do deputado Paulo Eduardo Martins (PL/PR). A iniciativa é financiada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, também chamado de FUNDEB, formado por recursos das três instâncias da administração pública (união, estados e municípios), para promoção do financiamento da educação pública no Brasil. O projeto segue sendo analisado em caráter conclusivo nas comissões: de Educação; de Finanças e Tributação; de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Tratando-se de um projeto de lei que toca em um tema delicado, a educação pública e o redirecionamento de recursos para a esfera privada, muitos debates surgiram a partir disso, tanto no âmbito político, como no âmbito social e em diversos setores. O projeto inicial para a inserção dos *vouchers*, veio do ministro da economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, durante o Fórum Econômico Mundial em Davos no ano de 2020. Segundo Mota (2020), nas palavras de Paulo Guedes, haveria um gigantesco investimento para viabilizar os *vouchers* destinando-os aos alunos da educação infantil e fortalecendo a narrativa neoliberal de que a partir deste movimento, as famílias poderiam ter o direito de escolha de onde matricular seus filhos. A parcela favorável a implantação dos *vouchers*, defende que este benefício traria um suporte para diminuir a desigualdade social. Porém, antes de apresentar de que forma os *vouchers* são efetivados no Brasil, é importante trazer para o debate, o exemplo do Chile e dos Estados Unidos.

O Chile, país latino-americano que implementou os *vouchers* em 1980, a partir de um relatório da Universidade do Colorado publicado em 2018, evidenciou que, o modelo de

subsídios através dos *vouchers* chileno, as escolas públicas passaram a disputar os recursos públicos com as instituições de ensino privado, precarizando cada vez mais o acesso dos mais pobres às escolas de qualidade, fato que, evidenciou mais uma vez a desigualdade social existente (Mota, 2020). Vale ressaltar que o sistema de *vouchers* foi implementado em 1981, durante a ditadura de Pinochet, como parte de uma série de reformas neoliberais. Embora o programa tenha aumentado a matrícula em escolas privadas, os resultados educacionais não acompanharam a promessa de melhoria de qualidade.

Estudos mostraram que, em vez de aumentar a equidade, o sistema de *vouchers* no Chile exacerbou a segregação educacional e as desigualdades sociais, principalmente ao atrair estudantes mais ricos para escolas privadas e enfraquecer as escolas públicas que atendem às populações mais vulneráveis (Hsieh; Urquiola, 2006). Além disso, a competição entre escolas privadas e públicas intensificou a desigualdade de acesso à educação de qualidade no Chile. Nessa perspectiva, as escolas privadas atraem os melhores professores, agravando ainda mais as condições das escolas públicas, que acabam oferecendo educação de menor qualidade para os alunos mais pobres. Mesmo com algumas tentativas de melhorar o programa, como os *vouchers* direcionados aos mais pobres, os ganhos em resultados educacionais têm sido modestos (Behrman *et al.*, 2016; Correa *et al.*, 2014).

Nos Estados Unidos, o sistema de *vouchers* foi implementado para promover a liberdade de escolha das famílias e estimular a competição entre escolas públicas e privadas. No entanto, essa política tem reforçado a segregação racial e socioeconômica, pois famílias de maior poder aquisitivo conseguem complementar o valor dos *vouchers* e acessar escolas de melhor qualidade, enquanto a de menor poder aquisitivo, não. Isso tem aprofundado as desigualdades, com poucas evidências de melhoria significativa nos resultados educacionais em sua totalidade (Shakeel *et al.*, 2016).

Esses exemplos ilustram que, embora os *vouchers* possam aumentar a liberdade de escolha, eles frequentemente reforçam desigualdades já existentes, prejudicando os grupos mais vulneráveis e comprometendo a equidade educacional.

No que diz respeito a efetividade do sistema de *voucher* no Brasil, após uma vasta pesquisa nas bases de dados para a elaboração desse artigo, evidenciou-se que, os estudos não apresentam casos concretos no contexto brasileiro sobre a utilização do mesmo na educação básica. No entanto, é possível perceber que há iniciativas que apontam que o sistema vai aos poucos se materializando por meio de algumas possibilidades advindas de leis como, por exemplo, a medida provisória n.º 1061 de 10 de agosto de 2021 que foi convertida na Lei n.º

14.284, de 19 de dezembro de 2021, que institui o programa auxílio Brasil e Auxílio criança cidadã.

De forma genérica, foi possível encontrar trabalhos recentes que afirmavam a existência de ações para a utilização dessa política: para Carnoy e Simielli (2022, p. 1), “no Brasil, alguns municípios e estados passaram a introduzir, nos últimos anos, iniciativas voltadas a aumentar os subsídios públicos para escolas com propriedade e gestão privada”. No entanto, não elencou nenhuma dessas ações. Portanto, até o momento, o debate está mais voltado para as implicações e impactos desse sistema para a educação Brasileira. O trabalho de Santos (2018), por exemplo, apresenta uma proposta de implementação de um programa-piloto de *vouchers* educacionais para a educação básica no Brasil, baseado no debate publicizado como os casos dos sistemas do Chile, dos Estados Unidos e da Colômbia.

Já no âmbito da educação superior, encontrou-se discussões sobre o Programa Universidade para todos (PROUNI), criado em 2004, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Esse é considerado um sistema de *vouchers* que na concepção de Santos (2018), tem alcançado expressivos resultados. Baseado nessa afirmativa, ele discute propostas de como esse sistema poderia funcionar para a educação básica, o que leva a crer que no âmbito nacional essa política ainda não foi amplamente discutida a ponto de ser completamente implementada.

Neste contexto, torna-se necessário ressaltar que conforme a Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), no art. 206, postula a garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, bem como a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. A transferência de recursos públicos para instituições privadas, também é inviabilizada pelo art. 77 da Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional – LDB (Brasil, 1996), que destina os recursos públicos, em regra, para as instituições públicas, podendo estes serem direcionados a escolas particulares que não visam a obtenção de lucros segundo suas naturezas jurídicas, como por exemplo: escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

No Brasil, assim como a exemplo de outros países, Robertson e Verger (2012), nos apresenta os conceitos de “filantropia de risco”, encaixando-se perfeitamente na política de *vouchers*, à medida que, uma reforma educacional neste viés pode contribuir exponencialmente para o sucesso financeiro de produtos e parceiros, mercantiliza a educação por meio do recurso que prioritariamente deveria ser destinado a instituições públicas de ensino, para a melhoria da qualidade e da ampliação do acesso.

4 OS *VOUCHERS* E OS RISCOS PARA A ESCOLA PÚBLICA DEMOCRÁTICA

O sistema de *vouchers* educacionais, apesar de ter um grande protagonismo no debate atual, não é uma ideia recente. Foi idealizado pelo economista Milton Friedman em 1955, que foi posteriormente aplicado em países desenvolvidos, como Estados Unidos e Dinamarca, e em países subdesenvolvidos, como foi o caso do Chile, citado na sessão anterior deste estudo. Friedman (2014), traz a possibilidade de não somente o Estado ser financiador da educação, mas também outras instituições da sociedade como empresas privadas e as próprias famílias.

A implantação da política de *vouchers*, segue alguns aspectos específicos: a) definição, pelo governo, dos critérios mínimos para que as escolas possam participar do programa; b) as famílias recebem um vale que pode cobrir, total ou parcialmente, as despesas da escola que escolherem; c) ocorre uma concorrência entre escolas públicas e privadas pela matrícula dos alunos; d) o financiamento é determinado pelas condições do aluno, e o valor é transferido conforme sua matrícula, intensificando a disputa entre as escolas; e) o valor do *voucher* é baseado no custo médio de educação por estudante; f) ao escolher a escola, as famílias podem complementar o valor, caso a mensalidade ultrapasse o montante oferecido pelo *voucher* (Nigro, 2015).

O principal ponto dos entusiastas desta política, alega que o aumento da competição das escolas pelos alunos melhoraria a qualidade e eficácia do ensino, otimizando sua eficiência, conseqüentemente, extinguiria as escolas com índices de baixos rendimentos. Porém, é importante trazer para o debate que

os vouchers geralmente tiram dinheiro da educação pública para dá-lo a famílias que desejam enviar os filhos a escolas privadas. Parte fundamental de sua lógica baseia-se na suposição de que alunos do ensino privado cursariam uma escola melhor e que a concorrência e a disciplina do mercado levariam, necessariamente, as escolas a serem mais inovadoras e sensíveis às demandas da comunidade (Kless; Edwards Jr., 2015, p. 16).

Partindo desta ótica, é possível inferir que o *voucher* consiste em um instrumento que possibilita a retirada da educação pública da esfera estatal, colocando-a nas mãos do mercado e trazendo conseqüências devastadoras e antidemocráticas à tona apoiada na falsa ideia de que as famílias teriam liberdade de escolha para decidir qual perfil de escola seus filhos seriam matriculados, referendando a retórica conservadora e de ataque as instituições públicas (Gentili, 2007; Peixoto *et al.*, 2020).

No Brasil, o sistema de *vouchers* tomou corpo no cenário das políticas públicas para a educação do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, que flertou com a ascensão do neoliberalismo dentro da escola pública brasileira, assim fortaleceu a narrativa de que estas não seriam adequadas, precarizando o serviço e tentando se valer de mecanismos privatizantes. Cabe aqui ressaltar que as escolas públicas enfrentam dificuldades não apenas por má gestão de recursos ou inadequação de métodos e currículos, mas porque atendem uma população em situação de subordinação nas relações de poder. Dessa forma, a questão da qualidade educacional não pode ser dissociada desse contexto. A qualidade existe, porém, é acessível a uma parcela restrita da sociedade (Silva, 2005).

Um aspecto relevante sobre a qualidade da educação e a política de *vouchers* é a evidência de que, ao depender desse sistema, as escolas acabam pressionadas a reduzir custos para garantir lucro, conforme a lógica capitalista. Essa dinâmica resulta na diminuição dos investimentos educacionais, o que impacta diretamente na desvalorização dos docentes, na redução de atividades diversificadas e na diminuição de incentivos. As instituições, assim, seriam forçadas a cortar gastos, comprometendo a qualidade da educação oferecida.

Diante desse cenário desolador, as famílias em maior vulnerabilidade social, pertencentes aos setores mais explorados da sociedade e residentes em comunidades de baixa renda, serão obrigadas a optar por escolas com condições significativamente inferiores às frequentadas por grupos mais privilegiados. As famílias mais pobres se veem limitadas às instituições localizadas em seus próprios territórios, uma vez que, a questão da mobilidade social não contempla o deslocamento diário de inúmeras crianças e jovens em busca de escolas de maior prestígio. Esse fator aprofunda ainda mais as disparidades educacionais, perpetuando a desigualdade de oportunidades.

Além disso, o acesso a uma educação de qualidade torna-se condicionado ao contexto socioespacial dessas populações, reforça a segregação e compromete o princípio da equidade que deveria reger as políticas públicas educacionais. Assim, a lógica dos *vouchers*, ao invés de promover a democratização do ensino, tende a acentuar a exclusão e a fragmentação do sistema educacional, beneficiando apenas os que já possuem condições mais favoráveis de escolha.

Diante de todo debate, pode-se inferir que, apesar de necessário e rico, ainda há carência de exemplificações de sua materialidade. Verifica-se, pois, que não há uma política de *voucher* implementada em larga escala no Brasil, mas sim iniciativas pontuais e projetos de lei que discutem a possibilidade de sua implementação.

5 CONCLUSÃO

As reflexões deste trabalho, ao examinar as bases que introduziram o neoliberalismo no Brasil e suas implicações subsequentes, revelam que as práticas neoliberais não são fenômenos recentes no contexto nacional. Elas se manifestam desde o governo Collor e se consolidaram durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Embora os governos de Lula e Dilma tenham proporcionado um hiato nas políticas neoliberais, a ascensão do golpe de 2016, que resultou na substituição de Dilma Rousseff por Michel Temer, trouxe uma nova onda de neoliberalismo, intensificada ainda mais durante o governo de aspirações de extrema-direita direcionado por Jair Bolsonaro.

Legalmente, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) são claras ao proibir o repasse de verbas públicas para instituições privadas, exceto aquelas que não visam ao lucro. Nesse sentido, fica evidente que a implementação de *vouchers* para a educação enfrenta desafios significativos, especialmente devido à falta de consenso sobre essa questão. O estudo apresentado demonstrou que a experiência no Chile, um país em desenvolvimento, ilustra como a adoção de *vouchers* pode exacerbar a desigualdade social, relegando as escolas públicas a uma posição inferior em relação às instituições privadas. Esse fenômeno ocorre por diversos fatores, entre os quais se destaca a competição das escolas pela escassa verba pública, ignorando uma questão imprescindível: a dimensão social da educação. A mercantilização do ensino transforma alunos e famílias em meros produtos de mercado, desvirtuando o papel da educação como um direito fundamental.

É imperativo que os recursos públicos brasileiros sejam direcionados exclusivamente para as instituições públicas de ensino. Estas enfrentam diversas carências, e a destinação de recursos públicos a elas é essencial para fortalecer uma educação gratuita e de qualidade. Tal abordagem contribuiria para a ampliação das vagas, a melhoria dos recursos disponíveis e a criação de mais instituições de ensino, assegurando assim que todos os brasileiros tenham seu direito à educação respeitado, conforme estabelecido em nosso ordenamento jurídico superior.

Da mesma forma que no Chile, a implementação de *vouchers* na realidade brasileira perpetuaria a desvantagem dos mais pobres, evidenciando ainda mais as desigualdades sociais historicamente existentes. Os *vouchers*, ao promoverem uma diferenciação entre as instituições de ensino, intensificam a competição entre escolas sem levar em conta a aprendizagem dos alunos e a qualidade dos serviços educacionais oferecidos. Tal cenário é alarmante e desolador, pois os mais vulneráveis continuariam a ser excluídos das oportunidades educacionais,

enquanto as escolas públicas, que deveriam ser um pilar da inclusão e da equidade, seriam empurradas para uma posição de inferioridade.

Conforme estipulado pela Constituição Federal, é dever do Estado garantir o direito à educação. No entanto, a utilização de *vouchers* distancia o Estado dessa responsabilidade, dificultando a formulação de padrões de qualidade e a universalização do ensino. Esse desvio pode levar à precarização da escola pública, abrindo assim um espaço ainda maior para a privatização da educação. A análise deste contexto ressalta a necessidade de uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais vigentes, enfatizando a urgência de uma reestruturação que priorize a educação pública como um bem comum, acessível e de qualidade para todos, sem discriminações ou hierarquizações.

É evidente que as experiências internacionais com o sistema de *vouchers*, como observadas nos Estados Unidos e no Chile, servem de alerta para o Brasil. Embora os defensores argumentem que essa política promove a liberdade de escolha e melhora a qualidade do ensino, os resultados práticos indicam o oposto. Em ambos os países, os vouchers contribuíram para a segregação socioeconômica e racial, ampliando o fosso entre estudantes de diferentes contextos sociais e comprometendo o papel inclusivo da educação pública. Esses exemplos reforçam a necessidade de cautela na implementação de tais políticas no Brasil.

Além disso, o impacto negativo dos *vouchers* sobre a equidade educacional é especialmente preocupante em um país como o Brasil, onde as desigualdades sociais e educacionais já são profundas. Políticas que retiram recursos do ensino público para beneficiar escolas privadas tendem a agravar essa situação, colocando em risco o direito à educação de qualidade para as populações mais vulneráveis. Vale aqui ressaltar que experiência chilena, em particular, ilustra como a introdução de *vouchers* pode enfraquecer ainda mais o sistema público, perpetuando desigualdades históricas e minando os esforços de inclusão social.

Por fim, é fundamental que o debate sobre os *vouchers* no Brasil seja conduzido com base em evidências e levando em consideração as experiências de outros países. A defesa de uma educação pública forte e inclusiva deve ser a prioridade das políticas públicas. O Estado tem um papel central na promoção da equidade e na garantia de uma educação de qualidade para todos. A adoção de políticas que desestabilizam o sistema público de ensino, como os *vouchers*, deve ser reavaliada à luz dos dados que mostram seus efeitos prejudiciais em outros contextos.

A defesa de um modelo educacional que valorize a equidade e a inclusão social deve ser uma prioridade nas discussões sobre o futuro da educação brasileira. É fundamental

promover políticas que garantam a destinação adequada de recursos para as escolas públicas e que combatam a mercantilização da educação, reafirmando a educação como um direito humano inalienável e um instrumento de transformação social. Somente assim poderemos avançar em direção a um sistema educacional que respeite e promova a dignidade humana, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas *et al.* Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 113-131, jan./mar. 2016.

ALMEIDA, Manoel Donato de. **Neoliberalismo, privatizações e desemprego no Brasil (1980-1999)**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BARBOSA, Ivone Garcia *et al.* **O novo Fundeb e a educação infantil, da política de consenso neoliberal à práxis política emancipatória**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22491/2236-5907119791>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BEHRMAN, Jere R. *et al.* Teacher quality in public and private schools under a voucher system: the case of Chile. **Journal of Labor Economics**, [S. l.], v. 34, p. 319-362, 2016. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1479631/1/683642.pdf>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 844, de 6 de abril de 2022**. Concede vale (voucher) educacional a estudantes da educação básica com recursos oriundos do FUNDEB. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2319351>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CARNOY, Martin; SIMIELLI, Lara. Escolas Charter e Vouchers: o que dizem as evidências sobre subsídios públicos para entidades privadas em educação? **Síntese de Evidências**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/06/sintese-de-evidencias-charter-e-voucher-todos-pela-educacao-e-d3e.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CORREA, Juan A.; PARRO, Francisco; REYES, Loreto. The Effects of Vouchers on School Results: Evidence from Chile's Targeted Voucher Program. **Journal of Human Capital**, v. 8, p. 351-398, 2014. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/679282>. Acesso em: 1 out. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 24, p. 92, set. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/99DPRg4vVqLrQ4XbpBRHc5H#> Acesso em: 16 ago. 2024.

FERREIRA, Geisa Carla *et al.* **Investidura neoliberal no Brasil**: desdobramentos das políticas educacionais (2016 a 2019). São Paulo: Editora Phillos Academy, 2020.

FLORES MENDES, Ramon Rodrigo. **O contexto da educação no governo Dilma**: entre promessas e desafios. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/23295/1/RRFMendes.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FRANÇA, Magna. **Gestão e financiamento da educação**: o que mudou na escola? Natal: EDUFRN, 2005. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/arquivos/politicas-educacionais-o-contexto-da-gestao-e-financiamento-dra-magna-franca.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. **Capitalismo e liberdade**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GENTILI, Pablo A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo A.; DA SILVA, Tomaz T. (org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

KLEES, Steven J.; EDWARDS JR., D. Brent. Privatização da educação experiências dos Estados Unidos e outros países. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 11–30, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tHK4tppLJgYvDNdygxrPcWq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**: Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HSIEH, Chang-tai; URQUIOLA, Miguel. The Effects of Generalized School Choice on Achievement and Stratification: Evidence from Chile's Voucher Program. **Journal of Public Economics**, [S. l.], v. 90, p. 1477-1503, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047272705001672?via%3Dihub>. Acesso em: 2 out. 2024.

MARTINS, Racquel Valério *et al.* Educação pública e política liberal no sistema educativo do Brasil contemporâneo. **Cadernos CERU**, v. 31, n. 1, p. 60-75, jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/174486/163248>. Acesso em: 3 out. 2024.

MIRANDA, Marília Gouvea de. O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/62691>. Acesso em: 16 ago. 2024.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora Senac, 2001.

MOTA, Beatriz. Vouchers na Educação: o desmonte do ensino público. **Outras Mídias**, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/vouchers-na-educacao-o-desmonte-do-ensino-publico/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

NIGRO, Helena Xavier da Silveira. **Sistema de voucher: alternativa viável para o ensino médio de São Paulo?** 2015. Monografia (Ciências Econômicas) – Instituto de Ensino e Pesquisa Insper, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 24-28.

PEIXOTO, F. A. C. *et al.* Análise da Viabilidade do Modelo de Voucher Educacional no Brasil. In: MEZACASA, Douglas Santos (org.). **Pensamento jurídico e relações sociais**. Ponta Grossa: Atena, 2020.

ROBERTSON, S. VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educ. Soc.**, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, dez. 2012.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo – Revista do Niep-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015.

SANTOS, Marcos Ricardo dos. Vouchers para a educação no Brasil: uma estratégia para melhorar a qualidade do ensino sem aumentar o gasto público. **Cadernos de Finanças Públicas**, v. 18, n. 3, set./dez. 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcapjpcgclcfndmkaj/https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/521840/1/26_Texto_do_artigo_74_1_10_20200311.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por outra política educacional**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SHAKEEL, M. *et al.* The participant effects of private school vouchers across the globe: a meta-analytic and systematic review. **University of Arkansas Department of Education Reform Research Paper Series**, 2016. Disponível em: <https://scholarworks.uark.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1032&context=edrepub>. Acesso em: 1 out. 2024.

SILVA, Roberta Teodorico. **Políticas sociais no Brasil: do neoliberalismo ao governo Temer**. São Paulo: Editora Phillos, 2017.

SILVA, Tomaz T. da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e a política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A.; SILVA, Tomaz T. da (org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VAZ, Marta Rosani Taras; VAZ, Ana Eduarda Taras. Homeschooling no contexto político brasileiro e os seus impactos para a Educação enquanto Direito Social. **Diálogo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/16893>. Acesso em: 3 out. 2024.

Recebido em: 26 ago. 2025.

Aceito em: 4 set. 2025.